



Estratégia
Concursos

26° SIMULADO

TJRJ

TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA
PÓS-EDITAL

Simulado Especial

26° Simulado TJ-RJ – Técnico de Atividade Judiciária

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <http://bit.ly/Simulado-TJRJ-Técnico-08-11-20>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS**Adriana Figueiredo****O suor e a lágrima**

Fazia calor no Rio, 40 graus e qualquer coisa, quase 41. No dia seguinte, os jornais diriam que fora o mais quente deste verão que inaugura o século e o milênio. Cheguei ao Santos Dumont, o voo estava atrasado, decidi engraxar os sapatos. Pelo menos aqui no Rio, são raros esses engraxates, só existem nos aeroportos e em poucos lugares avulsos.

Sentei-me naquela espécie de cadeira canônica, de cor de abadia pobre, que também pode parecer o trono de um rei desolado de um reino desolante.

O engraxate era gordo e estava com calor — o que me pareceu óbvio. Elogiou meus sapatos, cromo italiano, fabricante ilustre, os Rosseti. Uso-o pouco, em parte para poupá-lo, em parte porque quando posso estou sempre de tênis.

Ofereceu-me o jornal que eu já havia lido e começou seu ofício. Meio careca, o suor encharcou-lhe a testa e a calva. Pegou aquele paninho que dá brilho final nos sapatos e com ele enxugou o próprio suor, que era abundante.

Com o mesmo pano, executou com maestria aqueles movimentos rápidos em torno da biqueira, mas a todo instante o usava para enxugar-se — caso contrário, o suor inundaria o meu cromo italiano.

E foi assim que a testa e a calva do valente filho do povo ficaram manchadas de graxa e o meu sapato adquiriu um brilho de espelho à custa do suor alheio. Nunca tive sapatos tão brilhantes, tão dignamente suados.

Na hora de pagar, alegando não ter nota menor, deixei-lhe um troco generoso. Ele me olhou espantado, retribuiu a gorjeta me desejando em dobro tudo o que eu viesse a precisar nos restos dos meus dias.

Sai daquela cadeira com um baita sentimento de culpa. Que diabo, meus sapatos não estavam tão sujos assim, por míseros tostões, fizera um filho do povo suar para ganhar seu pão. Olhei meus sapatos e tive vergonha daquele brilho humano, salgado como lágrima.

CONY, C. H. In: NESTROVSKI, A. (Org.). Figuras do Brasil – 80 autores em 80 anos de Folha. São Paulo: aPublifolha. 2001. p. 319.

01. Infere-se do texto **O suor e a lágrima** que o caso narrado

- a) se passou no dia mais quente daquele ano.
- b) se passou em uma praça onde ficavam os engraxates da cidade do Rio de Janeiro.
- c) sairia nos jornais no dia seguinte.
- d) se passou no mesmo dia que a inauguração do aeroporto.
- e) aconteceu porque o narrador perdeu o voo

02. Segundo o texto, o engraxate

- a) parecia um rei solitário.
- b) usava tênis.
- c) suava bastante enquanto engraxava.
- d) reclamou da gorjeta mesquinha.
- e) era o melhor no seu ofício.

03. No que se refere aos elementos linguísticos do texto, assinale a opção correta.

- a) O trecho “de um rei desolado” (2º parágrafo) exerce a função de complemento da forma verbal “parecer” (2º parágrafo).
- b) O sentido original do texto e a sua correção gramatical seriam mantidos caso se substituísse o vocábulo **que** em “o jornal que eu já havia lido” (4º parágrafo) por **sobre o qual**: o jornal sobre o qual eu já havia lido.
- c) O emprego do acento gráfico nas palavras “século” e “rápidos” justifica-se com base na mesma regra de acentuação.
- d) Sem prejuízo do sentido original do texto, a oração “que era abundante” (4º parágrafo) poderia ser corretamente reescrita da seguinte forma: a qual era abundante.
- e) Em “hora de pagar” (7º parágrafo), o termo “de pagar” exerce a função de complemento nominal da expressão “hora”.

04. No que se refere à pontuação utilizada no texto, considere os itens a seguir

- i. No trecho “Cheguei ao Santos Dumont, o voo estava atrasado, decidi engraxar os sapatos” (1º parágrafo) as vírgulas estão separando orações coordenadas.
- ii. A vírgula imediatamente após “abadia pobre” (2º parágrafo) inicia uma oração subordinada adjetiva explicativa.
- iii. No trecho “ficaram manchadas de graxa e o meu sapato adquiriu um brilho” (6º parágrafo), uma vírgula poderia ser inserida logo após “graxa”.

Assinale a opção correta.

- a) Nenhum item está certo.
- b) Apenas o item I está certo.
- c) Apenas o item III está certo.
- d) Todos os itens estão certos.
- e) Apenas os itens I e II estão certos.

05. O travessão em “O engraxate era gordo e estava com calor — o que me pareceu óbvio” (3º parágrafo)

- a) justifica-se por isolar uma ideia apresentada com ironia
- b) justifica-se por isolar um aposto explicativo
- c) poderia ser retirado sem prejuízo gramatical ao texto
- d) indica mudança de interlocutor
- e) foi empregado para isolar informação acessória

06. Sai daquela **cadeira** com um baita sentimento de **culpa**. Que diabo, meus **sapatos** não estavam tão sujos assim, por míseros tostões, fizera um filho do povo suar para ganhar seu **pão**. Olhei meus sapatos e tive vergonha daquele **brilho** humano, salgado como **lágrima**. (8º parágrafo)

No texto acima, foi empregado em sentido conotativo o vocábulo

- a) cadeira
- b) culpa
- c) sapatos
- d) brilho
- e) pão

07. Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita do trecho “o meu sapato adquiriu um brilho de espelho à custa do suor alheio” (6º parágrafo). Assinale a opção em que a reescrita, além de manter o sentido da informação originalmente apresentada, também preserva a correção gramatical do texto.

- a) o meu sapato adquiriu um brilho de espelho as custas do suor alheio
- b) o meu sapato conquistou um brilho de espelho à custa do suor alheio
- c) os meus sapatos adquiririam um brilho de espelho à custa do suor alheio
- d) o meu sapato ostentou um brilho reluzente à custa do suor alheio
- e) o meu sapato ganhou um brilho de espelho às custas do suor alheio

08. Assinale a opção que reproduz trecho do texto em que predomina a tipologia descrição.

- a) “Uso-o pouco, em parte para poupá-lo, em parte porque quando posso estou sempre de tênis” (3º parágrafo)
- b) “Sentei-me naquela espécie de cadeira canônica, de cor de abadia pobre, que também pode parecer o trono de um rei desolado de um reino desolante.” (2º parágrafo)
- c) “Na hora de pagar, alegando não ter nota menor, deixei-lhe um troco generoso.” (7º parágrafo)
- d) “Olhei meus sapatos e tive vergonha daquele brilho humano, salgado como lágrima.” (8º parágrafo)
- e) “retribuiu a gorjeta me desejando em dobro tudo o que eu viesse a precisar nos restos dos meus dias” (7º parágrafo)

09. Seriam mantidos os sentidos e a correção gramatical do texto caso se substituísse o trecho destacado:

- a) mas a todo instante **o usava** para enxugar-se (5º parágrafo) por **usava-lo**
- b) Uso-o pouco, em parte para **poupá-lo** (3º parágrafo) por **o poupar**
- c) **Sentei-me** naquela espécie de cadeira canônica (2º parágrafo) por **Me sentei**
- d) **Ofereceu-me** o jornal que eu já havia lido e começou seu ofício (4º parágrafo) por **Ofereceu à mim.**
- e) Meio careca, o suor **encharcou-lhe** a testa e a calva. (4º parágrafo) por **o encharcou**

10. A correção gramatical e a coerência do texto seriam mantidas se a expressão destacada em “**caso contrário**, o suor inundaria o meu cromo italiano” (5º parágrafo) fosse substituída por

- a) senão
- b) apesar disso
- c) entretanto
- d) logo
- e) sobretudo

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)

Marcos Girão

11. Analise as assertivas, abaixo, conforme o texto da LODERJ:

- I. O Presidente do Tribunal de Justiça, a cada dois anos, consolidará, em ato específico, as alterações de competência dos órgãos julgadores, determinadas pelo Tribunal Pleno e pelo Órgão Especial no período e encaminhará o respectivo ato ao Governador do Estado do Rio de Janeiro.
- II. Os cargos de Desembargador, Juiz de Direito e Juiz Substituto serão providos por ato do Presidente do Tribunal de Justiça ou do Governador do Estado, na forma e nos casos estabelecidos pelas Constituições da República e do Estado.

III. A carreira da magistratura, em primeira instância, é composta por Juízes Substitutos, Juízes de Entrância Comum e Juízes de Entrância Especial.

IV. O território do Estado, para efeito da administração do Poder Judiciário, divide-se em Regiões Judiciárias, Comarcas, Distritos, Subdistritos e Circunscrições.

Marque a alternativa correta.

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) I e IV.
- d) II e IV.
- e) II e III.

12. Segundo a LODERJ, o Presidente do Tribunal de Justiça é o Chefe do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, sendo suas atribuições, EXCETO:

- a) dirigir os trabalhos do Tribunal, presidir as eleições para os cargos de direção e as sessões do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e do Conselho da Magistratura.
- b) prover os cargos de Desembargador, Juiz de Direito e Juiz Substituto, na forma e nos casos estabelecidos pelas Constituições da República e do Estado.
- c) organizar tabela de substituição de magistrados em casos de suspeições e faltas ocasionais.
- d) superintender todas as atividades jurisdicionais e administrativas do Poder Judiciário, podendo, para isso, agir diretamente junto a qualquer autoridade.
- e) expedir os atos de disponibilidade e declaração de incapacidade de magistrados e servidores.

13. De acordo com a Lei Estadual n.º 4.620/2005, em relação ao ingresso nas carreiras do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, está incorreto o que se afirma em:

- a) O desenvolvimento do serventuário nas carreiras de que trata a citada lei ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, segundo calendário que observe os limites legais das despesas com pessoal.
- b) O ingresso nas carreiras do Quadro Único do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro será mediante concurso público de provas, ou de provas e títulos, no primeiro padrão remuneratório da classe inicial da respectiva carreira, observados os limites legais das despesas com pessoal e a escolaridade exigida para o ingresso em cada carreira.
- c) Em caso de concurso regionalizado, os candidatos serão classificados por região, para os fins de provimento do cargo, só podendo haver remoção para outra região após dois anos da nomeação, de acordo com a lotação aprovada e observado o interesse da Administração.
- d) Os requisitos de escolaridade para ingresso nas carreiras do Quadro Único, atendidas, quando for o caso, formação especializada e experiência profissional definidas em Regulamento e especificadas nos editais de concurso, são os seguintes: para a carreira de Analista Judiciário, o nível superior completo; para a carreira de Técnico de Atividade Judiciária, o nível médio completo ou curso técnico equivalente; para o cargo de Analista Judiciário na especialidade de cumprimento de mandados (Oficial de Justiça Avaliador), o nível superior completo em Direito.
- e) Progressão funcional é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)

Fabiano Pereira

14. Suponha que Coxinha é servidor público civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro e foi considerado reincidente no cometimento de uma falta punida com repreensão. Diante da hipótese narrada, com base no disposto pelo Decreto-Lei nº 220/1975, Coxinha estará sujeito a pena de:

- a) Suspensão.
- b) Destituição de função.
- c) Exoneração.
- d) multa.
- e) demissão.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)

Tiago Zanolla

15. Zilmar era chefe de Serventia da quarta vara criminal de Niterói e estava com dúvidas acerca de suas atribuições. Ao verificar a Consolidação Normativa Judicial, constatou que um de suas atividades não estava de acordo com o presente normativo.

Assinale abaixo a atividade de Zilmar fazia incorretamente.

- a) comparecer, diariamente, à serventia do juízo.
- b) controlar a frequência diária dos servidores.
- c) exercer a guarda e o controle do material permanente e de consumo.
- d) fiscalizar o correto recolhimento dos tributos e demais valores devidos
- e) abrir diariamente o correio eletrônico pessoal.

16. Na falta do chefe da serventia é peça fundamental no desempenho das atividades cartorárias. Sua presença é necessária ao bom andamento processual e a condução das atividades da unidade judicial.

Acerca da ausência do chefe da serventia, assinale a opção correta.

- a) No impedimento ou falta ocasional do Chefe de Serventia e de seu Substituto, a substituição caberá ao Técnico Judiciário com maior tempo de serviço no cartório,
- b) Em nenhuma hipótese o exercício de chefe de serventia pode se dar por Técnico Judiciário.
- c) O Chefe de Serventia não poderá ausentar-se do cartório sem que nele permaneça quem legalmente o substitua.
- d) O substituto será designado, mediante indicação do Chefe de Serventia, com a anuência do Corregedor-Geral de Justiça.
- e) Em qualquer caso o exercício da função de chefe de serventia depende de autorização expressa do Corregedor-Geral.

17. Havendo, no Juízo deprecado, custas acrescidas ou outras despesas, o Chefe de Serventia certificará o fato nos autos da precatória, discriminando as eventuais parcelas do valor total devido, e, em regra, só lhe instrumentalizando o cumprimento e devolvendo a carta após a comprovação do recolhimento.

O interessado deverá recolher, no juízo deprecante, a importância correspondente às custas e despesas acrescidas, no prazo de

- a) 24 horas
- b) 48 horas
- c) 3 dias
- d) 3 dias úteis
- e) 5 dias

18. A transmissão via fax de petições relativas a ações originárias de 1ª instância, no Foro Central da Comarca da Capital, somente poderá ser feita ao PROGER em dias de normal expediente forense, no horário compreendido entre 11h e 18h, através dos telefones veiculados pelo DJERJ.

A transmissão das demais petições para a 1ª instância deverá ser feita para os aparelhos de fax do respectivo PROGER que esteja situado no mesmo prédio do órgão destinatário.

É vedado o recebimento no PROGER de petições, via fax, que excedam

- a) 5 laudas
- b) 10 laudas
- c) 20 laudas
- d) 50 laudas
- e) 100 laudas

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Ricardo Torques**

19. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, estabelece o conceito legal de pessoa com deficiência e sua avaliação. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) Compete ao Poder Legislativo estabelecer critérios e criar instrumentos para avaliação da deficiência.
- b) A pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- c) A avaliação da deficiência é obrigatória e será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- d) A avaliação da deficiência deverá considerar os impedimentos nas funções e estruturas do corpo, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, além da restrição de participação. O legislador entendeu que a limitação no desempenho de atividades é presumida, dispensando sua avaliação.
- e) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de médio ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**Fabiano Pereira**

20. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar:

- a) é legalmente permitido a qualquer pessoa representar à autoridade judicial competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- b) ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa por parte de terceiro, deve ocorrer o integral ressarcimento do dano.
- c) causa prejuízo ao erário utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de autarquia ou empresa pública.
- d) a aplicação das sanções previstas nesta Lei depende da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.
- e) importa em enriquecimento ilícito celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei.

DIREITO ADMINISTRATIVO**Fabiano Pereira**

21. Sobre a organização da Administração Pública, suponha que o Estado do Rio de Janeiro pretenda criar uma entidade integrante da Administração pública indireta, com personalidade jurídica própria, sujeita ao regime jurídico de direito público, para atuar no setor agropecuário. Para atingir tal escopo, poderá se valer da instituição de

- a) uma organização social.
- b) uma autarquia.
- c) uma empresa pública.
- d) um conselho consultivo.
- e) uma sociedade de economia mista.

22. Assinale a alternativa correta, acerca da Administração direta e indireta.

- a) independentemente de prestarem serviço público ou de exercerem atividade econômica de natureza empresarial, as empresas públicas e as sociedades de economia mista são integrantes da administração indireta
- b) É uma característica das autarquias serem dotações patrimoniais criadas por lei, sujeitas a controle ou tutela, com personalidade jurídica pública e capacidade de autoadministração.
- c) As entidades que compõem o serviço social autônomo prestam serviço público e, por isso, integram a administração pública indireta.
- d) Além de serem criadas através de lei, as fundações públicas de direito privado precisam realizar a inscrição de seus atos constitutivos em registro civil de pessoas jurídicas.
- e) A descentralização consiste na repartição de funções entre mais de um órgão de uma mesma administração, sem que haja quebra de hierarquia, e pode ocorrer por critério territorial.

23. Pode-se afirmar corretamente sobre o poder de polícia que

- a) se trata de um poderoso instrumento da Administração Pública para controle de abusos de direito coletivo cometidos por particulares.
- b) suas atribuições não poderão ser delegadas, sem exceção.
- c) ele se manifestará, entre outras situações, através da aplicação de uma multa como a de trânsito.
- d) é composto por três fases: jurídica, administrativa e fiscalização.
- e) ele não poderá ser utilizado pela Administração para condicionar um direito de propriedade.

24. O _____ é compreendido como um escalonamento que coordena os órgãos públicos, atribuindo uma autoridade em cada um deles com poderes e competências próprias. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- a) Poder regulamentar;

- b) Poder disciplinar;
- c) Poder vinculado;
- d) Poder de Polícia;
- e) Poder Hierárquico.

25. No tocante aos atos administrativos, assinale a afirmativa correta.

- a) Não cabe questionamento judicial em relação a um ato jurídico perfeito.
- b) Mesmo não sendo incitada pelo Poder Judiciário, a administração pública poderá revogar atos administrativos que possuam vício que os torne ilegais.
- c) Para anular ato administrativo que tenha impacto em direito individual, a administração tem de observar o devido processo legal.
- d) Compete à própria Administração Pública revogar seus atos administrativos válidos, com efeitos ex tunc.
- e) O ato administrativo praticado por agente público no exercício de sua função é dotado de presunção absoluta de veracidade.

26. Avalie os itens acerca do controle da Administração Pública e, em seguida, assinale a alternativa correta.

- a) O controle externo popular é aquele em que as contas do Executivo ficam durante 120 dias, a cada biênio, à disposição de qualquer contribuinte.
- b) Os atos políticos, uma vez que são revestidos de interesses superiores da nação, são insuscetíveis de apreciação judicial.
- c) O controle hierárquico é aquele que a norma legal estabelece para as entidades autônomas, indicando a autoridade controladora.
- d) Não há que se falar em invasão do mérito quando o Poder Judiciário aprecia fatos precedentes e motivadores da elaboração do ato administrativo discricionário.
- e) O mandado de segurança coletivo será concedido quando a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania

27. Acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- a) Em casos de danos causados por má execução de obras públicas por empresas a terceiros, a empreiteira responderá primariamente e de maneira subjetiva.
- b) O Estado não poderá responder por danos decorrentes de ato legislativo.
- c) O direito de regresso exercido pela administração, por ato culposo de servidor público, é imprescritível.
- d) A responsabilidade civil do Estado será sempre regida pela teoria do risco administrativo.
- e) Prescreve em 10 (dez) anos a pretensão de responsabilização do Estado por dano extrapatrimonial.

28. No que diz respeito aos processos licitatórios, avalie os itens subsequentes e assinale aquele que se encontra em conformidade com os ditames legais.

- a) A modalidade de licitação denominada pregão é utilizada para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmio ou remuneração ao vencedor, conforme critérios constantes em edital, que deve ser publicado com quarenta e cinco dias de antecedência.
- b) Toda compra realizada pelos órgãos da administração pública está sujeita à licitação.
- c) A tomada de preço é a modalidade de licitação que deve ser utilizada para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis.
- d) É admissível que na concorrência se estabeleça uma etapa de pré-qualificação para licitantes interessados.
- e) Por meio de leilão, a administração poderá, excepcionalmente, contratar diretamente com o particular.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

29. Clércia, delegada de polícia, recebeu a notícia de que uma loja de artigos eletrônicos estaria sendo utilizada para armazenar produtos roubados, nas proximidades da delegacia onde trabalha. Ao comparecer ao local para checar a veracidade das informações, foi imediatamente barrada por Desnir, dono da loja, que, alegando direito à privacidade, afirmava que somente mediante ordem judicial estaria autorizada a entrada forçada em seu estabelecimento. Nessa situação, é possível afirmar que:

- a) A única situação em que seria permitida a entrada forçada na loja seria em caso de desastre ou prestação de socorro, sendo, portanto, correta a atitude de Desnir.
- b) Clércia somente poderia penetrar no estabelecimento quando este se encontrasse fechado, no período da noite, e não fosse possível contatar Desnir, a fim de obter seu consentimento para a realização das buscas.
- c) Desnir tem razão ao afirmar que a autoridade policial deveria estar munida de mandado judicial, uma vez que não se trata de situação de flagrância.
- d) Clércia poderia verificar as dependências frequentadas pelo público em geral, mas não penetrar nos compartimentos de acesso restrito da loja, como o escritório dos administradores e o depósito de mercadorias.
- e) Clércia, no exercício da atividade policial, poderia realizar a busca no interior de todo o imóvel, sem a necessidade de mandado judicial.

30. Suponha que tenha sido criada uma associação, por iniciativa dos donos de pizzarias localizadas em determinado bairro de um município, com o objetivo de defender os interesses de seus filiados. Passados seis meses da constituição da entidade, a prefeitura ordena o fechamento dos estabelecimentos mencionados, alegando violação às normas sanitárias em vigor. A associação, considerando desarrazoada a medida tomada pelo Poder Público, decide impetrar mandado de segurança coletivo, com a finalidade de desconstituir o ato administrativo em questão. À luz do que estabelece a Carta Maior, pode-se afirmar que:

- a) A criação da associação, abrangendo área inferior à de um município, é expressamente vedada pela Constituição.
- b) A associação apenas possui autorização para defender os interesses de seus filiados em âmbito extrajudicial, sendo, portanto, incabível a impetração da referida ação.
- c) O ajuizamento do remédio constitucional em comento pode ser feito diretamente pela entidade, desde que expressamente autorizada por seus associados, por meio da substituição processual.
- d) Ainda que permitida a criação da associação nos moldes descritos, a impetração do remédio constitucional somente estaria autorizada após decorrido um ano de sua instituição.
- e) A impetração do mandado de segurança exige o prévio esgotamento da via administrativa, o que, no caso narrado, não ocorreu.

31. Zênio, deputado estadual, elaborou projeto de lei sobre previdência social e pretende apresentá-lo à Assembleia Legislativa de seu Estado. Isquênio, deputado federal, teve a mesma ideia e, sabendo da intenção de Zênio, rapidamente tratou de providenciar outro projeto de lei e encaminhá-lo para o Congresso Nacional, desejando antecipar-se e ganhar os créditos pela autoria da proposta. Pode-se afirmar, à luz do que dispõe a Carta Maior, que:

- a) A proposta de Zênio deverá ser rejeitada, uma vez que lei estadual não poderia abordar esse assunto.
- b) Ambos poderão ter seus projetos aprovados, desde que o documento elaborado por Isquênio esteja circunscrito às normas gerais, às quais Zênio deverá se enquadrar ao tratar o tema.
- c) Ambos poderão apresentar suas respectivas propostas, de forma independente, já que se trata de competência comum entre os estados e a União.
- d) Isquênio não terá sucesso em sua empreitada, já que lei federal sobre previdência social será inconstitucional por invadir competência estadual.
- e) O documento elaborado por Zênio será válido, desde que os estados tenham sido autorizados pela União a legislar a respeito.

32. Girlaine, que atualmente conta com 70 anos de idade, é empregada de empresa pública federal e pretende concorrer à eleição para Senador da República. Sua irmã, Girlanda, aposentada de 76 anos de idade, ocupava cargo de provimento efetivo em autarquia federal, mas pretende retornar à atividade, ainda que mediante o exercício de outra função na administração pública. Consoante o que estabelece o texto constitucional, é possível afirmar que:

- a) Girlanda apenas poderá voltar a trabalhar caso seja nomeada para exercer cargo em comissão.
- b) Girlaine, caso seja eleita, fará jus à remuneração do cargo eletivo, obrigatoriamente. Girlanda poderá optar por concorrer ao mesmo cargo pretendido pela irmã.
- c) Girlaine poderá se candidatar a qualquer cargo eletivo, desde que antes de completados 75 anos de idade, quando deverá aposentar-se compulsoriamente.
- d) Caso Girlaine vença as eleições e tome posse no cargo de senadora, ela automaticamente passará a contribuir para o Regime Próprio de Previdência Social.
- e) Girlanda não poderá ocupar outro cargo na administração, mas Giraline pode concorrer a qualquer mandato eletivo, sem a necessidade de afastar-se da atividade.

33. Determinada CPI, criada por iniciativa de um terço dos deputados federais, com o objetivo de apurar fatos ligados ao superfaturamento de uma grande obra pública, teve seu prazo de duração estipulado em seis meses. Durante os trabalhos desenvolvidos pela Comissão, alguns empresários e Ministros de Estado foram convocados para prestar depoimento, tendo sido determinada, também, a busca e apreensão domiciliar de diversos documentos capazes de comprovar o envolvimento de importantes autoridades no fato sob investigação. Considerando os comandos

constitucionais relacionados ao tema, aponte a alternativa verdadeira:

- a) A criação da CPI é inconstitucional, visto que o requerimento deveria ter sido apresentado pela maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas.
- b) Tanto a criação quanto a decretação das medidas mencionadas são constitucionais, considerando que as CPIs possuem poderes investigatórios próprios das autoridades judiciais.
- c) Embora disponham de amplos poderes de investigação, o que inclui a possibilidade de intimação de autoridades para depor, a convocação dos Ministros de Estado, representantes do alto escalão do Poder Executivo, fere o princípio da separação dos poderes.
- d) A criação da Comissão, mediante requerimento dos membros de apenas uma das Casas Legislativas, é inconstitucional, visto que as CPIs devem possuir composição mista.
- e) Em que pese a criação da CPI ter sido feita em conformidade com as regras constitucionalmente estabelecidas, a determinação de busca e apreensão domiciliar fere a cláusula de reserva de jurisdição.

34. Vivaldir, de 30 anos de idade, é formado em Direito e, há cerca de 5 anos, vem atuando como consultor em um importante escritório de advocacia, gozando de excelente reputação em seu meio. Vivaldir deseja tornar-se chefe do Ministério Público da União, mas não tem certeza se cumpre os requisitos para o preenchimento da vaga. Ao estudar as regras estabelecidas pela Carta da República, ele deverá concluir que:

- a) Ainda que fosse membro da carreira, somente poderia exercer o cargo de Procurador-Geral da República caso fosse indicado pelo respectivo conselho de classe, em lista tríplice.
- b) Poderá ser indicado para ocupar o cargo após completar 35 anos de idade e desde que seja aprovado em concurso público de provas e títulos.
- c) Dependerá de indicação do Presidente da República, mas não há impedimento à ocupação da vaga, uma vez que possui mais de três anos de atividade jurídica.
- d) Poderá ser livremente nomeado e exonerado pelo Presidente, sem necessidade de participação do Poder Legislativo.
- e) Caso seja escolhido para chefear a instituição, somente poderá ser reconduzido ao cargo uma única vez.

35. O Presidente da República, no último ano de seu mandato, cometeu crime de responsabilidade. Após a admissão da acusação pela Câmara, mediante voto da maioria absoluta de seus membros, o processo é instaurado perante o Senado Federal e, a dois meses do final do mandato presidencial, finalmente é proferida condenação, acatando-se o pedido de *impeachment* do chefe do Executivo. Segundo o regramento constitucional em torno do tema, é correto afirmar que:

- a) O Presidente deveria ter sido suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo Senado. Nesse período seria substituído pelo Vice e, após a condenação, a substituição se converteria em sucessão.
- b) O Presidente, após a admissão da acusação pela Câmara, deveria ter sido suspenso de suas funções, quando, então, assumiria o Vice, em caráter provisório.
- c) Não há que se falar em afastamento do Presidente antes de ser proferida condenação pelo Senado.
- d) Com a admissão da acusação pela Câmara, impõe-se o afastamento definitivo do Presidente e a consequente realização de eleições indiretas, já que o crime ocorrera após o término do segundo ano do mandato presidencial.
- e) Somente após decorridos 180 dias sem a conclusão do julgamento o Presidente deve ser definitivamente afastado de suas funções.

36. Eurípedes, cujo pai é brasileiro e a mãe é alemã, nasceu na Alemanha durante execução de missão diplomática realizada pelo pai. Ao completar 30 anos de idade, Eurípedes decide se mudar para o Brasil, desejando candidatar-se a algum cargo eletivo. Nessa situação, segundo a Constituição da República:

- a) Eurípedes deverá confirmar a opção pela naturalização, podendo se candidatar a qualquer cargo eletivo.
- b) Eurípedes não poderá solicitar a nacionalidade originária, já que, para isso, seria preciso que tivesse estabelecido residência no país antes de atingida a maioridade.
- c) Eurípedes não será considerado brasileiro nato, já que não fora registrado em repartição brasileira competente, na Alemanha.

- d) Eurípedes é brasileiro nato, podendo se candidatar a qualquer cargo em seu estado ou município.
- e) Eurípedes não será detentor da nacionalidade originária, já que sua mãe é alemã, mas, caso venha a naturalizar-se brasileiro, poderá se candidatar a quaisquer cargos eletivos antes dos 35 anos, exceto aos Poderes Executivo ou Legislativo federal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

37. Sempre que for necessária a prática de ato processual fora dos limites territoriais do magistrado, o juízo deverá valer-se de cartas. Em relação à carta rogatória, pode-se afirmar:

- a) O procedimento da carta rogatória perante o Supremo Tribunal Federal é de jurisdição voluntária e deve assegurar às partes as garantias do devido processo legal.
- b) A matéria arguível pela defesa é ampla e poderá versar sobre o atendimento dos requisitos formais e o mérito do pronunciamento judicial.
- c) Em casos de flagrante desrespeito aos direitos humanos, admite-se a revisão do mérito do pronunciamento judicial estrangeiro pela autoridade judiciária brasileira.
- d) É vedada a revisão do mérito do pronunciamento judicial estrangeiro e a defesa está restrita ao atendimento dos requisitos formais para que produza efeitos no Brasil.
- e) O procedimento da carta rogatória perante o Superior Tribunal de Justiça é de jurisdição voluntária e deve assegurar às partes as garantias do devido processo legal.

38. Sobre a competência para processamento e julgamento no processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, desde que o óbito tenha ocorrido em território nacional.
- b) Se o autor da herança não possuía domicílio certo, compete aos herdeiros, em comum acordo, ajuizar a ação onde melhor lhes aprouver.
- c) Se o autor da herança não possuía domicílio certo, será competente, em regra, o foro de situação dos bens imóveis. Não havendo tais bens, será competente o foro do local de qualquer dos bens do espólio.
- d) A ação em que o ausente for autor ou réu será proposta no foro de seu último domicílio, também competente para a arrecadação, o inventário, a partilha e o cumprimento de disposições testamentárias.
- e) A ação em que o incapaz for réu será proposta no foro de seu domicílio quando se tratar de ação fundada em direito pessoal ou direito real sobre bens móveis.

39. O Código de Processo Civil estabelece deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo. Sobre o tema, pode-se afirmar:

- a) Quando expressões ou condutas ofensivas forem manifestadas oral ou presencialmente, o juiz advertirá o ofensor de que não as deve usar ou repetir, sob pena de lhe ser cassada a palavra.
- b) Caso a parte ou seu procurador exponha fatos em juízo em desconformidade com a verdade, tal conduta será punida como ato atentatório à dignidade da justiça.

- c) Em determinadas circunstâncias, o representante judicial da parte poderá ser compelido a cumprir a decisão em seu lugar.
- d) É permitido que partes, procuradores, juízes, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e qualquer pessoa que participe do processo empregue expressões ofensivas nos escritos apresentados, como manifestação da liberdade de expressão assegurada constitucionalmente.
- e) O juiz fica condicionado ao requerimento do ofendido para determinar que as expressões ofensivas sejam riscadas e poderá determinar, de ofício, a expedição de certidão com inteiro teor das expressões ofensivas proferidas.

40. O juiz desempenha o papel de condutor do processo, conforme as demandas e providências das partes, e goza de poderes para bem fazê-lo. Considerando os poderes, deveres e responsabilidade do juiz, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz poderá determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, salvo nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária.
- b) A autocomposição das partes poderá ser promovida a qualquer tempo pelo magistrado que contará, preferencialmente, com o auxílio de conciliadores e mediadores judiciais.
- c) O juiz poderá dilatar os prazos processuais, adequando-os às necessidades do conflito, mas não poderá alterar a ordem de produção dos meios que prova.
- d) Havendo lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico, o juiz poderá suspender o processo e eximir-se de decidir o mérito.
- e) Sempre que julgar mais adequado ao caso concreto, o juiz decidirá por equidade.

41. Os atos processuais serão cumpridos por ordem judicial e o Judiciário poderá valer-se de cartas para a prática de tais atos. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) O tribunal poderá expedir carta de ordem para qualquer juízo, se o ato houver de se realizar fora dos limites territoriais do local de sua sede.
- b) A carta rogatória representa o pedido formulado pelo órgão jurisdicional brasileiro para que órgão jurisdicional estrangeiro pratique ato de cooperação jurídica internacional.
- c) A carta precatória será expedida para que órgão jurisdicional estrangeiro pratique ato de cooperação jurídica internacional, relativo a processo em curso perante órgão jurisdicional brasileiro.
- d) A carta arbitral não poderá ter por objeto atos que importem efetivação de tutela provisória.
- e) Se o ato relativo a processo em curso na justiça federal ou em tribunal superior houver de ser praticado em local onde não haja vara federal, a carta deverá ser expedida à seção judiciária mais próxima da localidade e cumprida por oficial de justiça.

42. A citação poderá ser feita pelo correio, por oficial de justiça, pelo escrivão ou chefe de secretaria, por meio eletrônico ou por edital. Sobre a última modalidade, pode-se afirmar:

- a) O réu será considerado em local ignorado ou incerto se infrutíferas as tentativas de sua localização, ainda que não tenha havido requisição pelo juízo de informações sobre seu endereço nos cadastros de órgãos públicos.
- b) O edital será publicado por 15 (quinze) dias, podendo tal prazo ser prorrogado uma única vez.
- c) Com o avanço tecnológico, não mais subsiste a previsão de publicação de edital em jornais, mas apenas em meio eletrônico.

- d) A parte que requerer a citação por edital, alegando dolosamente a ocorrência das circunstâncias autorizadoras para sua realização, incorrerá em multa de 5 (cinco) vezes o salário-mínimo.
- e) Deve-se publicar edital na ação de usucapião de bens móveis ou imóveis, na ação de recuperação ou substituição de título ao portador.

43. Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade. Nota-se, portanto, uma busca pelo aproveitamento dos atos processuais que, embora evitados de vício, atinjam sua finalidade precípua. Sobre os demais regramentos das nulidades processuais, pode-se afirmar:

- a) Anulado determinado ato processual, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes a ele.
- b) Em razão da formalidade inerente ao processo, o ato processual evitado de vício deverá ser repetido ainda que não seja constatado prejuízo à parte.
- c) Ainda que possa decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz deverá pronunciá-la ou mandar repetir o ato.
- d) É nulo de pleno direito o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir, independentemente de intimação do *Parquet* para manifestação.
- e) Dar-se-á o aproveitamento dos atos praticados desde que não resulte prejuízo à defesa de qualquer parte.

44. Sobre o cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa, pode-se afirmar:

- a) É lícito ao réu, a qualquer tempo, comparecer em juízo e oferecer em pagamento o valor que entender devido, apresentando memória discriminada do cálculo.

- b) O autor será ouvido no prazo de 15 (quinze) dias, podendo impugnar o valor depositado, devendo aguardar a autorização do magistrado para levantamento da parcela incontroversa.
- c) O autor será ouvido no prazo de 5 (cinco) dias e, nesse caso, poderá impugnar o valor depositado, sem prejuízo do levantamento do depósito a título de parcela incontroversa
- d) Caso o valor depositado seja considerado insuficiente pelo juiz, incidirá multa e honorários advocatícios, ambos de dez por cento, sobre o valor total da execução.
- e) Concluindo o juiz pela insuficiência do depósito, sobre a diferença incidirão multa de cinco por cento e honorários advocatícios, fixados em dez por cento, seguindo-se a execução com penhora e atos subsequentes.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

- 45.** Com relação à aplicação da lei processual penal no tempo, no caso de sucessão de leis que sejam puramente processuais penais, deverá ser levado em conta nos processos em andamento:
- a) sistema da unidade dos atos processuais.
- b) princípio da ubiquidade.
- c) sistema da unidade dos atos processuais.
- d) princípio da retroatividade da norma.
- e) princípio do “tempus regit o actum”.

46. De acordo com as orientações trazidas pelo Código de Processo Penal, é correto afirmar:

- a) O inquérito, nos crimes em que a ação pública independe de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
- b) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, ainda que esta contrarie a moralidade ou a ordem pública.
- c) É prerrogativa da autoridade policial mandar arquivar autos de inquérito.
- d) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.
- e) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência que não poderá ser negada pela autoridade.

47. No que diz respeito à ação penal, assinale a opção INCORRETA:

- a) O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.
- b) Na ação penal pública condicionada à representação, o ofendido pode, a qualquer tempo, exercer o direito de se retratar da representação.
- c) Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá intentar a ação penal pública.
- d) As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas poderão exercer a ação penal, devendo ser representadas por quem os respectivos contratos ou estatutos designarem.
- e) O perdão do ofendido somente opera os seus efeitos com a anuência do querelado.

48. A respeito dos sujeitos processuais, assinale a opção correta:

- a) Considera-se impedido o juiz, cujo cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, tenha atuado como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito.
- b) O assistente da acusação, na fase de ação penal, só é admitido até a fase de sentença.
- c) se não tiver defensor, ser-lhe-á nomeado um pelo juiz. Porém, o acusado, que não for pobre, não será obrigado a pagar os honorários do defensor dativo, arbitrados pelo juiz.
- d) Os órgãos do Ministério Público estão impedidos de atuar nos processos em que for amigo íntimo ou inimigo capital do acusado.
- e) O perito está sujeito às situações provadas de incompatibilidade e impedimentos, o que não ocorre com os casos de suspeição que não lhe alcançam.

49. Conforme dispõe o Código de Processo Penal brasileiro sobre citação e intimação, é correto afirmar que:

- a) a citação será por edital, caso o réu esteja preso.
- b) Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, o Juiz pode determinar a produção das provas concretamente consideradas urgentes.
- c) Após citação pessoal do acusado, o prazo para as providências atinentes à defesa será contado a partir da juntada do mandado de citação aos autos.
- d) O querelante será intimado da sentença por edital ou na pessoa de seu advogado.
- e) a intimação do defensor constituído, do advogado do querelante e do assistente far-se-á por oficial de justiça.

50. No rito do Júri, será possível absolver sumariamente o acusado se:

- a) demonstrada a existência de causa de exclusão do crime.
- b) faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal;
- c) faltar justa causa para o exercício da ação penal.
- d) a denúncia for manifestamente inepta.
- e) o juiz não se convencer da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação

51. Acerca do tema prisão previsto no CPP, assinale a alternativa correta:

- a) será admitida a decretação da prisão preventiva nos crimes culposos punidos com pena privativa de liberdade máxima de quatro anos.
- b) se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, caberá prisão preventiva, desde o crime tenha pena privativa de liberdade máxima de quatro anos.
- c) prisão poderá ser efetuada em qualquer dia e a qualquer hora, independentemente se for dentro ou fora do domicílio da pessoa que venha a ser presa.
- d) A prisão preventiva imposta à mulher que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente.
- e) As pessoas presas provisoriamente não necessitam ficar separadas das que já estiverem definitivamente condenadas.

52. No que concerne ao regramento legal do habeas corpus previsto no CPP, é correto afirmar:

- a) É possível impetrar *habeas corpus* quando já extinta a pena privativa de liberdade.
- b) Cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
- c) A petição de *Habeas Corpus* deve ser obrigatoriamente impetrada por advogado.
- d) dar-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, inclusive nos casos de punição disciplinar.
- e) recebida a petição de *habeas corpus*, o juiz, se julgar necessário, e estiver preso o paciente, mandará que este lhe seja imediatamente apresentado em dia e hora que designar.

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

53. Segundo a consolidação normativa judicial, para o fim de registro de penhora ou arresto no registro imobiliário, o Chefe de Serventia fará constar da certidão, além de outros considerados necessários pela lei, alguns elementos, exceto

- a) renda mensal do devedor.
- b) nomes completos, qualificações, incluído o número do CPF/MF ou CNPJ/MF, e endereço das partes credora e devedora;
- c) valor da dívida em moeda corrente nacional;
- d) nome do depositário do bem;
- e) descrição completa do imóvel.

54. As publicações que, independentemente de despacho judicial cumpram efeitos intimatórios consignarão o motivo da intimação.

Segundo a consolidação normativa judicial, salvo disposição legal ou determinação judicial em contrário, constarão dos respectivos atos os prazos para o cumprimento de precatórias e alvarás, exceto o alvará de soltura de

- a) 5 dias
- b) 10 dias
- c) 15 dias
- d) 30 dias
- e) 60 dias

55. Caso o servidor mantenha na serventia processo desarquivado sem a devida atualização do andamento no sistema de informática - DCP estará

- a) agindo normalmente
- b) cometendo falta leve
- c) cometendo falta média
- d) cometendo falta grave
- e) cometendo falta gravíssima

56. Segundo a Resolução do Órgão Especial n. 01/2017, a estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro não inclui

- a) Juízo de Conciliação de Precatórios
- b) Fundo Especial do Tribunal de Justiça
- c) Escola da Magistratura
- d) Diretoria-Geral de Logística
- e) Núcleo de Auditoria Externa

57. Segundo a Resolução do Órgão Especial n. 01/2017, presidir a instrução, incluindo a emissão de pareceres, de processos administrativos, bem como, por delegação, o exercício de outras atividades administrativas cabe a(o)

- a) Órgãos Colegiados Administrativos;
- b) Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça;
- c) Gabinete dos Juízes Auxiliares da Presidência;

- d) Fundo Especial do Tribunal de Justiça;
- e) Diretoria-Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais;

58. Segundo a Resolução do Órgão Especial n. 01/2017, o gerenciamento de solenidades, eventos e cadastro de autoridades e colaboradores, bem como interagir com unidades organizacionais interessadas em consultoria sobre cerimonial cabe a

- a) Divisão de Aperfeiçoamento da Gestão Organizacional
- b) Divisão de Inclusão Social
- c) Serviço de Suporte Administrativo
- d) Assessoria de Cerimonial
- e) Departamento de Apoio à Presidência

59. Segundo a Resolução do Órgão Especial n. 01/2017, fazer conclusão ao Relator e ao Revisor, bem como dar vista ao Ministério Público e à Defensoria Pública é atribuição da

- a) Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial;
- b) Departamento de Atendimento ao Magistrado;
- c) Serviço de Atendimento e Controle;
- d) Serviço de Suporte Administrativo;
- e) Departamento de Gestão Estratégica e Planejamento;

60. Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, julgar os Juízes Estaduais nos crimes comuns é competência do(a)

- a) Câmara Cível
- b) Conselho da Magistratura
- c) Tribunal Pleno
- d) Órgão Especial
- e) Câmara Criminal

Preencha o Gabarito

<http://bit.ly/Simulado-TJRJ-Técnico-08-11-20>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>